

UM TEMPLO E SEUS TEMPOS: A IGREJA DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR DO RECIFE

Ricardo Aguiar Pacheco¹
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

A Igreja de São José do Ribamar, localizada no Bairro de São José, Recife/PE, é um bem material reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Neste estudo desejamos observar o contexto urbano em que esse bem cultural se insere para debater os significados simbólicos que a edificação assume na Cidade do Recife. Embora estejamos centrado nos usos e valores atribuídos à edificação percebemos que esses estão ligados ao processo histórico de ocupação da área urbana do Recife, em particular com o bairro onde se insere e nomeia. Desejamos, portanto, argumentar que a Igreja de São José do Ribamar é um monumento histórico que documenta diferentes processos históricos vividos pela cidade do Recife.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Cultural; Igreja de São José do Ribamar; História do Recife

ABSTRACT

A temple and his times: the Church of St. Joseph of Ribamar Recife

The Church of St. Joseph of Ribamar, located in the Barrio de San José, Recife / PE, is a cultural heritage recognized by the National Heritage Institute of Art (IPHAN). In this study we want to observe the urban context in which the cultural object is inserted to discuss the symbolic meanings that the building takes in Recife. While we are focused on uses and values attributed to the building we realize that these are connected to the historical process of occupation of the urban area of Recife, in particular with the district where it is located and names. We therefore wish to argue that the Church of St. Joseph of Ribamar is a historical monument documenting different historical processes experienced by the city of Recife.

KEY-WORDS

Cultural Heritage, Church of St. Joseph of Ribamar, Recife/PE

¹ Professor Adjunto IV da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Financiamento: FACEPE.

A Igreja de São José do Ribamar, localizada no Bairro de São José, Recife/PE, é um bem material de valor histórico e artístico reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) através do processo de Tombamento N^o 0923-T-75 com Registro no Livro Histórico, inscrição n^o 469, e no Livro das Belas Artes, inscrição n^o 535, realizadas no ano de 1980. Por este ato jurídico a União estabelece que essa edificação e seu acervo está sob a proteção da legislação federal que regula a preservação de bens de valor histórico cultural (Câmara dos Deputados, 2010). Em seu conjunto essa legislação aponta que as intervenções construtivas realizadas em bens culturais de natureza material devem observar e preservar suas características históricas e arquitetônicas.

Entendemos que os bens protegidos pelo aparelho de Estado através do estatuto jurídico do tombamento são evocativos de uma dada memória social. Como aponta Dominique Poulot (2009) eles estão inseridos em uma rede de significados simbólicos que precisam ser evidenciados. Retomando os inventários produzidos pelo IPHAN em 1975 e 2004, consultando estudos monográficos, voltando a algumas das fontes documentais, sobretudo obras memorialísticas e jornais da Cidade do Recife, buscamos perceber os significados atribuídos a Igreja de São José do Ribamar em diferentes tempos e usos e assim evidenciar seu valor como patrimônio cultural.

Nessa releitura desejamos observar o contexto urbano em que esse bem cultural se insere para debater os significados simbólicos que a edificação assume na Cidade do Recife. Nossa intenção aqui é perceber como este objeto da cultura material, a Igreja de São José do Ribamar, se insere na rede de significados simbólicos do espaço urbano Recife, onde é peça de destaque.

A observação das narrativas já estabelecidas sobre os processos históricos vividos, sobretudo daqueles que tomam como objeto a memória social, não podem negligenciar que cada detalhe contado, recontado ou esquecido faz parte de uma complexa disputa pelo poder de enunciar os significados da experiência no tempo. Teóricos da memória social, como Maurice Halbwachs (2006) e Paul Ricoeur (2007), nos apontam que estas disputas simbólicas visam definir não apenas o que será lembrado, mas também o que se deseja esquecer. A seleção de objetos como patrimônio histórico é uma das estratégias utilizadas para produzir uma narrativa do passado significativa para os desafios e interesses dos Homens do tempo presente que os elege como monumentos.

Nossa operação historiográfica sobre a Igreja de São José do Ribamar tomamos esta edificação como documento-monumento. Para o historiador Jacques Le Goff (1996) o documento é algo que, em sua materialidade, nos atesta a existência dos eventos no passado ao passo que o monumento é um objeto escolhido para lembrar uma determinada narrativa sobre o passado. O documento-monumento é assim o objeto do passado escolhido para evocar aos Homens do tempo presente a memória do tempo transcorrido. São objetos que, mantendo sua função de documento, passam a ter função de monumento. Mantendo seu caráter de ancianidade assume uma função no presente.

Por esse argumento entendemos que o monumento histórico é também um documento histórico que precisa ser questionado sobre seus significados. Para fazer a interpretação desse documento articulamos a trajetória da Igreja de São José do Ribamar algumas transformações do cenário urbano e relações sociais em que ela se insere ao longo dos quase três séculos de sua existência. Para isso transitamos entre o tempo lento, característico das tradições religiosas, e o tempo rápido transformações próprias da era moderna (Baumam, 1999).

Articulamos nossa narrativa sobre a história da Igreja de São José do Ribamar em quatro momentos distintos. *Primeiramente* apresentamos um debate sobre a data de 1654 inscrita na fachada da igreja que remete a origem mítica dessa igreja ao final do período holandês. No *segundo* momento vemos o esforço da Irmandade de São José do Ribamar para edificar sua igreja ao longo da segunda metade do século XVIII evidenciando a importância social dessa organização associativa de artesãos livres na sociedade do período. No *terceiro* momento procuramos mostrar a centralidade que essa edificação assume no tecido urbano ao longo do século XIX. No *quarto* movimento apresentamos sumariamente as principais alterações feitas na edificação nas reformas do início do século XX.

Embora esse estudo esteja centrado nos usos e valores atribuídos à edificação percebemos que esses momentos guardam relação com o processo histórico de ocupação da área urbana do Recife, em particular com o bairro onde se insere e nomeia. Desejamos, portanto, argumentar que a Igreja de São José do Ribamar é um monumento histórico que documenta diferentes processos históricos vividos pela cidade do Recife.

O Prelúdio urbano do Recife (1752 - 1798)

No alto da fachada da Igreja de São José do Ribamar está inscrita a data de “1653” (fig.1). O memorialista Flávio Guerra (1970), entre outros, escreve que esta seria a data de construção de uma capela primitiva nesse local em meados do século XVII. Memória e data que nos remete ao último ano da ocupação holandesa em Pernambuco.



Fig.1 Frontispício da Igreja de São José do Ribamar. Foto do autor.

Tendo transferido a administração política da região da Cidade de Olinda para junto do Porto do Recife a ocupação holandesa planejou a Cidade Maurícia para urbanizar a Ilha de Antonio Vaz a partir de sua extremidade, onde construiu o palácio do governo, em direção ao Forte das Cinco Pontas. Neste plano se estruturou as primeiras ruas que hoje dão lugar ao Bairro de Santo Antônio e se projetou sua continuidade, onde hoje é o Bairro de São José.

Uma sobreposição do mapa da Cidade Maurícia de 1644 (fig. 2) com um mapa atual dos Bairros de Santo Antônio e São José, centro comercial da Cidade do Recife (fig.3), nos faz perceber que o terreno hoje ocupado pela Igreja de São José está no extremo sul do plano urbano desenhado em 1644. Possivelmente no que seria a área de segurança do entorno do forte que guardava as reservas de água da Cidade Maurícia.

O que vemos nessa projeção da ocupação inicial da península é que para além das quadras iniciais da área de Santo Antônio o mapa da Cidade Maurícia prevê um arruamento para abrigar moradores que prestassem serviços tais como marceneiros, carpinteiros, ferreiros. Mas foi só após o período holandês que essa região da Vila do Recife de fato passou a servir de local de moradia para trabalhadores livres ligados aos diversos ofícios. Aceitar esse perfil dos moradores na região nos permite entender que nesta área da cidade, em 1735, tenha surgido a *Irmandade dos Marceneiros, Carpinteiros e Pedreiros* que se reunia na Igreja do Hospital Nossa Senhora do Paraíso (Silva, 2010).

O historiador pernambucano Pereira da Costa registra em sua coletânea que 1752 a Irmandade dos Marceneiros, Carpinteiros e Pedreiros solicitou a Câmara o registro da propriedade de um terreno para a construção da igreja em honra a seu santo padroeiro, São José.

Em vereação da Câmara do Recife, de 27 de maio do mesmo ano [de 1752], compareceram o Juiz e o procurador dos ofícios de carpintaria e marceneiro, da irmandade de S. José, santos dos seus ofícios, os quais requereram que pretendendo fundar uma igreja sob a invocação de S. José, “no campo do Curraí, junto à cacimba chamada do Cajueiro”, em terras que aforaram ao Padre Mateus Correia; e ignorando-se as ditas terras efetivamente pertenciam ao referido padre, ou à Câmara, que, neste caso, ofereciam o foro de oitenta réis por palmo, até que se resolvesse a quem de direito pertencia esse Terreno, o que a câmara aceitou, mediante um termo de responsabilidade, firmado no mesmo dia. (Pereira da Costa, 1983: 93.)

Nessa ata da Câmara de 27 de maio de 1752 vemos que o representante da irmandade declara não saber se o terreno pretendido é de propriedade do Padre Mateus Correia ou se pertence a vereança. Ou seja, diz não saber se o lote é propriedade da Igreja ou se é terra pública. Nessa situação se dispõe a pagar 80 reis por palmo para regularizar a propriedade da área em nome da irmandade e assim viabilizar a construção da igreja.

Nesse contexto em que se deseja regularizar a propriedade do terreno frente à Câmara alegar a existência de uma capela ou mesmo um nicho com um altar seria um forte argumento para justificar as pretensões de irmandade e assim legitimar a sua compra. Mas o memorialista reproduz do documento apenas a referência a moradia do Padre Mateus, não a existência de um templo.

Pereira da Costa também registra que no mês seguinte, a 6 de junho de 1752, a Irmandade de São José o Ribamar obtém do Bispo de Olinda, Cônego João de Soares Barbosa, a autorização para iniciar a construção da igreja em homenagem ao seu padroeiro. Para autorizar a construção o bispo impôs como condição que a edificação tenha cinco degraus acima da rua para proteger o templo das cheias do rio. Estes degraus ainda podem ser percebidos na fachada



Fig.2. Cidade Maurícia: 1644; fonte: Reis, 1997.

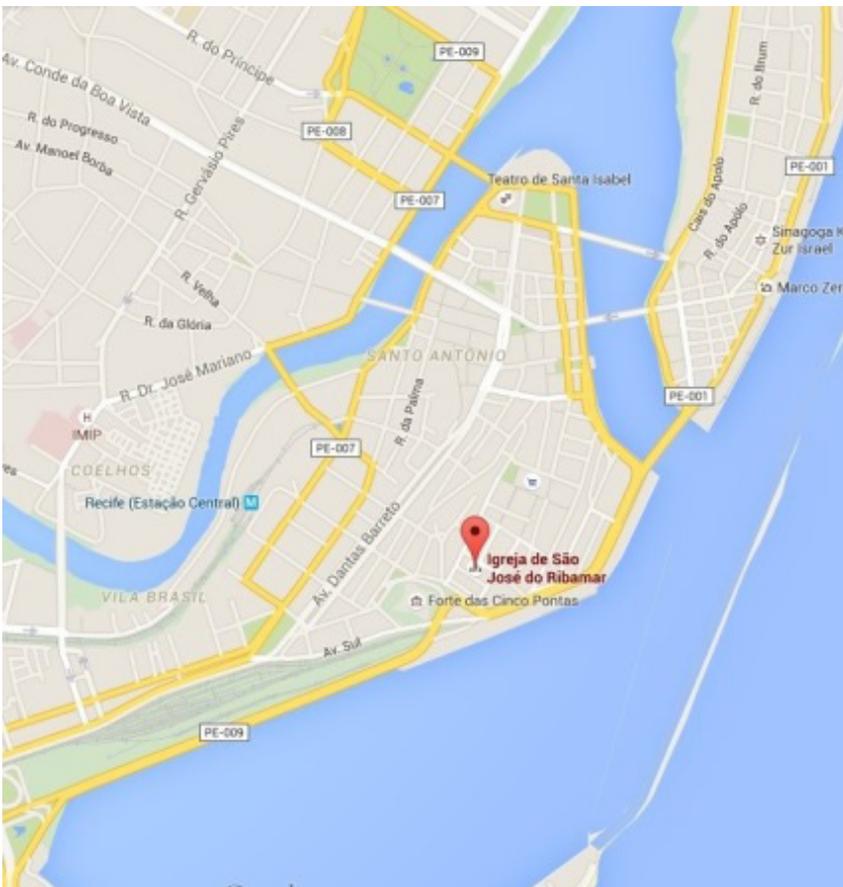


Fig. 3: Recife. Fonte: GOOGLE, 2016.

elevando a igreja do nível da rua e do restante do casario que a cerca. Entendemos que tal pedido não faria sentido já houvesse no local as bases ou o piso assentado de um templo primitivo (Pereira da Costa, 1983: 93).

A análise deste conjunto de documentos - a ata da câmara e os despachos do Bispo transcritos por Pereira da Costa, a repetição dos memorialistas e a materialidade do monumento - feita com base nas teorias da memória social nos exigem perceber e considerar os interesses dos agentes ao rememorar o passado (Halbwachs, 2006). Mesmo não sendo possível descartar a possibilidade da existência de uma construção no local já no século XVII é evidente a vontade dos memorialistas do século XX de fazer crer que, na base da atual edificação, tenha existido uma capela primitiva. Mais evidente que a existência de um templo primitivo no século XVII é a intenção dos Homens do século XX de relacionar a edificação ao final do período holandês ligando este objeto de memória ao momento histórico mais emblemático da história da cidade, a ocupação holandesa.

A documentação disponível nos faz perceber que o ano de 1653, provavelmente colocada na fachada no início do século XX, remete mais ao desejo dos Homens deste tempo de ligar a edificação a um momento emblemático da memória da cidade - o período holandês - do que a materialidade de uma edificação primitiva.

O erguimento da igreja de São José do Ribamar (1752 - 1778, 1864)

No contexto do Império Português as Irmandades religiosas atuavam na regulação de das atividades profissionais, sobretudo as dos mestres artesão que eram, aquele tempo, os profissionais mais qualificados do mercado de trabalho urbano. Assim, fazer parte de uma irmandade trazia benefícios, como a autorização para exercer uma atividade profissional, mas também encargos, como a manutenção financeira dessa estrutura civil e religiosa (Assis, 1988).

Foram sobretudo os recursos recolhidos pela Irmandade de São José do Riba-mar que financiaram a construção da igreja. Mas, como de costume no campo religioso, outras doações foram feitas ao longo de mais de um século para dar prosseguimento às sucessivas etapas de construção. O governo provincial aprovou diversas loterias em favor das obras da igreja de São José do Ribamar como a noticiada no Diário de Pernambuco de 03 de julho de 1856 (p. 1.) autorizada pelo presidente da província. Assim como a Assembléia Provincial também aprovou por diversas vezes a transferência de fundos para Comissão encarregada das obras da Igreja de São José. (Diário de Pernambuco, 1870: 1)

A devoção do templo a São José se explica por ser esse o padroeiro dos carpinteiros e, por extensão, dos demais artífices reunidos na irmandade que financiava a construção. Já o complemento 'riba-mar' (com a ortografia atualizada para 'ribamar') é um arcaísmo linguístico que indica 'local junto ao mar' (Houaiss, 2009). Essa nomeação reafirma a percepção que temos ao examinar os mapas de que, no momento da sua construção, esse prédio estava junto a margem do Rio Capibaribe. O nome atribuído a igreja, que hoje esta distante da margem do rio, atesta os sucessivos aterros feitos ao longo dos séculos XIX e XX para ganhar áreas sobre o leito do rio. Desta forma podemos entender a igreja como uma marco da margem original do Rio Cabiberibe.

Sobre o arco do altar-mor é possível ler a inscrição em relevo dos anos de "1752" e "1778" (fig. 4). Essa primeira data, de acordo com as informações da câmara municipal citada antes, é o ano da aquisição do terreno e de início



Fig. 4: Foto do arco da capela mor. Sobre o arco-cruzeiro da sua capela-mor lê-se em relevo das datas “1752” e “1778.” Foto do autor.

da construção da igreja. O diário do Governador Correa de Sá também registra que ele esteve presente tanto no assentamento da primeira pedra da obra, em 29 de junho de 1752, como acompanhou a procissão que trouxe o padroeiro para a igreja em 24 de agosto de 1754 assistindo a missa no novo templo no dia seguinte:

Jantei na Madre de Deus, de tarde acompanhei a procissão que se fez, saindo da Congregação a nova Imagem do Sr. São José a colocar-se na Igreja nova que lhe têm feito os oficiais de vários ofícios, acompanhou o Regimento. Salvaram todas as fortalezas quando o Santo entrou na nova Igreja. (Correa de Sá, 1983: 246).

Como vemos é a data de 1752, inscrita no arco da capela mor, que testemunha sobre a data de início da construção da primeira da igreja. Etapa que, segundo o testemunho do então governador da província, se concluiu dois anos depois.

Os livros da Irmandade de São José, guardados no arquivo do IPHAN, registram os gastos da irmandade. Estudando essa documentação Ponce de Leon (2004) busca identificar, na seqüência de materiais comprados, as etapas de construção da igreja. Com essa metodologia observou que a aquisição de materiais para a construção da Igreja de São José do Ribamar se iniciou no ano de 1752. Aponta ainda que em 1754 estaria pronta a Capela-mor e uma das sacristias possibilitando a colocação da imagem do padroeiro e a realização do culto assistido pelo Governador Correa de Sá.

O estudo dos materiais e serviços pagos pela irmandade ao longo dos anos mostram que em 1778 voltou-se a pagar por materiais e serviços de construção. Isso indica que no período ocorreu uma grande reforma na edificação. O que explicaria a segunda data presente no arco do altar-mor.

Por fim, só em 1777-78 e 1779 voltaram as referências contábeis sobre a aquisição de materiais para as obras, e o pagamento a ajudantes e a serventes. Assim, refere-se a despesa... *'com a compra de 300 tijolos quadrados / para ladrilho da Capela Mor'*... 'além da 'compra de 200 telhas para retelhar / a igreja, e as casas'... Foram feitas obras de conservação com o caiador que caiu casas da Irmandade e a Capela-mor da Igreja. (Leon, 2004: 31; citando os livros da irmandade de São José do Ribamar)

Como vemos nestes diferentes documentos a Igreja de São José do Ribamar teve sua construção iniciada em 1752 e viveu uma grande reforma em 1778. Logo as datas inscritas em alto relevo sobre o arco do altar-mor não dizem sobre um longo período de construção da igreja, mas sobre dois momentos distintos em que se iniciaram duas etapas de construções. Edificada ao longo do século XVIII a Igreja de São José do Ribamar é, portanto, um exemplar da arquitetura religiosa do século XVIII. Nela percebemos as características da arquitetura e da arte sacra pernambucana deste longo período. (Oliveira e Ribeiro, 2015; Silva, 2002)

Esse conjunto de informações oferecidas pela própria edificação confrontadas com outros tipos de documentos nos faz perceber diversos significados que este monumento histórico assume para a cidade do Recife. Sua devoção a São José é um testemunho de que seu entorno era habitado por artesãos evidenciando o perfil social da região. Sua localização é um registro da antiga margem do Rio Capibaribe e suas docas mostrando os antigos limites da cidade junto ao rio. Os elementos arquitetônicos dessa edificação, como sua volumetria e a disposição dos altares, fazem desta igreja um exemplo da arquitetura religiosa do século XVIII.

A Matriz de São José

Na primeira metade do século XIX a administração da cidade se reorganiza. No contexto pós-independência Recife, em 1823, é elevada a condição de cidade e, em 1825, passa a ser a sede administrativa da província (IBGE, 2016). O crescimento urbano faz com que em 1844 seja feito o desmembramento administrativo da cidade com a criação de algumas freguesias, entre estas a freguesia de São José. O desmembramento administrativo da região contígua ao centro da cidade evidencia que essa área se tornava mais povoada e assumia uma dinâmica urbana mais autônoma dos equipamentos da área de Santo Antônio. (Fundaj, 2016)

No artigo 3º da lei provincial nº 133, de 2 de maio de 1844, que cria novas freguesias na Cidade do Recife, se lê que “a nova freguesia terá a invocação de S. José do Recife, e será matriz a igreja de São José” (Diário de Pernambuco, 25 mai. 1844).

Lembremos que a este momento existem na região delimitada para a nova freguesia outras igrejas importantes que poderiam tê-la nomeado e/ou sediado a paróquia, tais como a Igreja Nossa Senhora do Terço e a Igreja Nossa Senhora dos Martírios. Escolher um topônimo oficial para uma região da cidade é um ato de produção de memória. A nomeação do distrito constrói uma representação social sobre como esse espaço da cidade que será rememorado no futuro (Ricoeur, 2007). Para entender a escolha da Igreja de São José do Ribamar, como matriz e nome da nova paróquia, precisamos observar o papel desta edificação para a região ao longo do século XIX.

Nos jornais do século XIX se sucedem os comunicados da diretoria da Irmandade de São José do Ribamar chamando para as procissões em homenagem ao padroeiro e as atividades que ali se desenvolvem.

A Irmandade do Glorioso Patriarca S. José de Riba-mar pretende no dia 15 de agosto, do corrente anno, celebrar a festa do mesmo santo, e no mesmo dia pela 3 horas da tarde faser a solemne Procissão, aqual deverá corre as ruas do costume, tanto no Bairro do S. Antonio como no do Recife. (Diário de Pernambuco, 18 mai. 1837: 1.)

Os jornais do século XIX também publicavam diversos chamados de outras irmandades que utilizam essa igreja para suas cerimônias religiosas. Como é o caso da Irmandade da Nossa Senhora do Bom Parto que mantinha um altar na Igreja de São José do Ribamar para suas atividades.

A mesa regedora da irmandade de N. S. do Bom Parto, erecta na igreja de S. José de Ribamar desta cidade pretende no dia 11 do corrente, pelas 4 ½ horas da tarde, benzer a imagem de sua padroeira, e as 7 da noite do mesmo dia levantar a bandeira; no dia 12 continuarão as novenas, no dia 21 a festa de Te-Deum a noite (...) (Diário de Pernambuco, 12 out. 1860: 4)

As notas publicadas nos jornais evidenciam que também a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos fazia uso do espaço da Igreja de São José do Ribamar para suas reuniões administrativas e dali organiza sua procissão:

A mesa regedora da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Afflictos, sob a direção dos pescadores, na Igreja San-José do riba-mar, faz sciencia no respeitável público, que tem de apresentar um solemne procissão a imagem do mesmo senhor no dia 3 do corrente. (Diário de Pernambuco, 03 mar. 1858: 3.)

A devoção de São Francisco é outra comunidade que tem na Igreja de São José do Ribamar local de reunião de realização de suas atividades administrativas e festivas.

A devoção de S. Francisco de Assis da igreja de São José do Riba-Mar, participa a todos que contribuíram para a festividade do seu santo padroeiro, que tem transferida para o dia 16 do corrente a mesma festividade, e igualmente convida a todos da mesma devoção para comparecerem no dia 9 do corrente às 9 horas da manhã no consistório da igreja declarada, para se proceder a eleição da nova direção que tem de reger no anno futuro. (Diário de Pernambuco, 10 ago. 1854)

Mas não apenas as sociedades religiosas ali se reúnem. Em 1863 a Sociedade dos Artistas Mecânico noticia uma festa pelos seus vinte e dois anos de funcionamento no interior da igreja. A notícia publicada não deixa claro a quantos anos a Sociedade utiliza a igreja, mas manifesta claramente que, neste

momento, utiliza as dependências da Igreja de São José do Ribamar para realizar as atividades de formação de artistas mecânicos.

A Sociedade dos Artistas Mechanicos e Leberais de Pernambuco, estabelecida no consistório da igreja de São José, festejou no dia 21 deste mez o seu vigésimo segundo aniversário.

O salão em que a sociedade funciona, e bem assim o em que trabalham as suas aulas, estavam elegantemente preparados, e muito bem illuminados, tendo para isso a sociedade apenas pedido alguns moveis e vidros. (Diário de Pernambuco, 10 out. 1863: 1)

Ao estudar a Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberais de Pernambuco, Marcelo MacCord (2009) evidencia que esta entidade mutualista utilizou o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar por mais de duas décadas para realizar aulas de formação teórica de artesão.

Como vemos nesses inúmeros registros de jornais a Igreja de São José do Ribamar era então um local de referência e agregação. No seu interior se articulavam diversos grupos e atividades sociais. A percepção desse conjunto de eventos ocorridos no interior da Igreja de São José do Ribamar nos permite visualizar a importância dessa edificação na vida urbana do Recife no período imperial. O fato de nomear a freguesia de São José – e a seguir o bairro – atesta o valor desse objeto da cultura material, desta edificação, como elemento identitário para a cidade do Recife ao longo século XIX.

Utilizando dos teóricos da memória social como Maurice Halbwachs (2006) podemos entender o uso do nome de São José para a freguesia como sendo a intenção dos Homens deste tempo, meados do século XIX, de afirmar a Igreja de São José do Ribamar como um monumento (Le Goff, 1996) evocativo das características originais dessa parte da cidade que reunia os devotos do santo dos artífices.

As sucessivas reformas

Ao longo do século XIX foram feitas sucessivas intervenções na estrutura da Igreja. Em notas nos jornais lemos diversas irmandades solicitando donativos para a construção dos altares laterais da Igreja de São José do Ribamar em devoção aos seus santos. Esse é o caso da irmandade de Nossa Senhora do Bom Parto que chama seus devotos a contribuir com o trabalho de ornamento do altar de sua padroeira.

A mesa regedora da irmandade de Nossa Senhora do Bom Parto, achando-se sobrecarregada da obra do douramento do altar de sua padroeira, e tendo em vista a solemnização da festa da mesma Senhora, pelo tempo ser chegado, e não podendo concluir a obra com a brevidade precisa por falta de meios, por isso a mesma mesa recorre aos seus irmãos que possuídos do fervoroso amor e devoção que assiste em seus corações quizerem ajudar em tão santa missão, com qualquer que seja a esmola, pode dirigir-se a mesma igreja nas noites de quarta-feira, que alli achará o thesoureiro e escrivão da mesma irmandade do Bom Parto com que se entenderão. (Diário de Pernambuco, 30 set. 1862: 5)

De sua parte a irmandade de São José do Ribamar seguia recolhendo fundos para a manutenção da igreja. Em 1856, como em outros anos, o presidente da província concede à irmandade a realização de duas loterias de cem contos de reis, cada. (DP 1856—7-03). Semelhante a estes, em 1872 é publicada nota solicitando donativos para construção do altar de Nossa Senhora das Mercês. “Igreja de S. José do Ribamar – a comissão encarregada da obra do altar de N. Senhora

das Mercez, tendo mandado executar dita obra, desde já recebe os óbolos de todos os devotos para semelhante fim” (Diário de Pernambuco, 28 set. 1872: 2).

Em 1864 é concluída a nova Igreja Matriz da Paróquia de São José. Edificação maior e mais adequada aos modos de vida do século XIX. Com a retomada da administração da velha Igreja a Irmandade de São José do Ribamar volta a fazer intervenções construtivas na edificação. Em jornal de março de 1896, já no contexto da República, a Irmandade anuncia a reabertura da Igreja São José do Ribamar após três anos de obras no seu interior.

Tendo de, na tarde do dia 15 do corrente, proceder-se a reabertura da Igreja de S. José do Riba-mar, que ha três annos passa por grandes transformações na sua structura interior, em nome da Mesa Rezedora, tendo a honra de convidar a essa distinta Redacção a comparecer, não somente às 11 horas do dia supracitado em nosso consistorio afim de mais uma vez Vs. Ss. admirando ou olhando a belleza e imperfeições das obras. (Diário de Pernambuco, 14 mar. 1896: 3)

Os livros de registros da Irmandade também apontam que em março de 1896 a igreja foi reaberta com a conclusão das obras de reforma, mas não há indicações precisas sobre quais elementos construtivos sofreram intervenções nesse momento. Em 07 de junho do mesmo ano é autorizada, em reunião da mesa diretora, a planta para a construção da Torre Sineira. O que nos atesta que esta só será erguida posteriormente.

Segundo o memorialista Flávio Guerra (1970) em 1902 são acrescentados elementos na edificação. O mais significativo deles é inclusão de elementos decorativos em auto relevo na sua fachada. É nesse momento, no início do século XX, portanto, que a inscrição da data de “1653” é acrescentada na fachada evocando uma memória que relaciona a edificação do século XVIII ao século XVII, que vincula essa edificação religiosa ao período da ocupação holandesa, momento emblemático para os memorialistas da cidade.

Nesse acréscimo da fachada também são inseridos desenhos sobrepostos de um cajado, um ramo de açucena, um esquadro e um compasso. Elementos todos que remetem a vida de São José. Mas que também remetem a maçonaria. Segundo o inventário do IPHAN de 1975 (p.7) um brasão com esses quatro elementos também estavam no reposteiro (cortina de tecido) que cobria a porta principal da igreja. Evidências materiais de que membros da maçonaria passam a atuar na irmandade e interferir na sua construção (IPHAN, 1975).

Como vemos nesses diferentes registros o prédio iniciado na metade do século XVIII foi sucessivamente ampliado por mais de cem anos. Suas paredes destacam as intervenções feitas em 1752, ano de início da primeira estrutura, 1778, ano de início do primeiro acréscimo. Mas também remetem a 1896, quando reabre após uma reforma, e 1902, ano de início da construção da torre. Na Igreja de São José do Ribamar estão materializados e sobrepostos os elementos arquitetônicos de século e meio de uso e de construção. Essa percepção nos obriga a valorizar nesse monumento histórico elementos de diferentes tempos: Devemos valorizar sua estrutura original característica do século XVIII ainda é observável. Mas também é preciso perceber a importância dos os elementos decorativos, sobretudo os altares, construídos ao longo do século XIX. E não podemos deixar de reconhecer a elegância de sua fachada e de sua torre sineira já do início do XX.

A estrutura edificada da Igreja São José do Ribamar é resultado do trabalho de sucessivas gerações de fiéis que a habitaram e que nela colocaram suas marcas e estilos. Ao registrar em suas paredes datas relevantes para a edificação cada geração de confrades selecionou eventos a serem lembrado pela comu-

nidade no futuro. Vemos que sucessivas gerações fizeram da Igreja de São José do Ribamar um monumento histórico, um registro material de seu tempo com vistas a consolidar uma certa memória social de seu presente.

Uma igreja e seus tempos

Como vimos até aqui um bem patrimonial não possui um valor cultural evidente no próprio objeto. Somente uma observação longitudinal da história da Igreja São José do Ribamar nos possibilita perceber o que ela testemunha sobre diferentes períodos e processos históricos da Cidade do Recife que testemunha. Somente uma confrontação de versões e interpretações do processo vivido por este bem cultural nos permite observar como elementos da Igreja são deliberadamente utilizados para construir diferentes narrativas do passado a voltada a futuro informar o futuro.

A política oficial de tombamento ao selecionar uma edificação como significativa da cultura nacional produz o que Le Goff (1996) chama de documento-monumento. Ou seja, a transformação de um testemunho do passado em objeto evocativo de uma memória social sobre o passado. Para autores como Paul Ricoeur (2007) e Maurice Halbwachs (2006) existem sempre conflitos entre o processo histórico vivido e as formas como esses eventos serão lembrados. Ao efetuar o tombamento da Igreja de São José do Ribamar a política oficial de preservação do patrimônio cultural transforma um documento em monumento; faz de um vestígio do passado instrumento de evocação de uma dada memória social.

No mundo contemporâneo marcado pela veloz transformação e resignificação dos valores culturais as comunidades locais tendem a se interessar pelos testemunhos do passado na exata medida em que eles são úteis e valorativos aos olhos e interesses dos Homens do tempo presente. No cenário que Hartog (2013) chamou de presentismo os objetos do passado não valem pelo seu valor de anciandade, mas pela sua incorporação as dinâmicas sociais e econômicas do presente.

Nesta abordagem os documentos históricos ao serem convertidos em monumentos históricos, como é o caso da Igreja de São José do Ribamar, precisam não apenas comunicar um passado, mas também dialogar com as demandas do tempo presente. Na sociedade de consumo os objetos do passado precisam ganhar significados simbólicos para a sociedade do presente em que estão inseridos como forma de serem incorporados às dinâmicas que o circundam. Por essa razão as orientações da UNESCO (2016) para o patrimônio cultural defendem a inserção dos objetos tombados na economia local com base na ideia de sustentabilidade econômica.

Nosso olhar retrospectivo sobre a trajetória da Igreja de São José do Ribamar joga luzes sobre esse objeto da cultura material e nos força especular sobre seus múltiplos significados na vida urbana do Recife tanto no passado quanto no século XXI.

Tem-se uma memória de que a igreja teria origem em uma capela datada do final do período da ocupação holandesa. Nesse imaginário ela tanto evoca o projeto de urbanização do invasor como é um símbolo de uma resistência religiosa. Mas ao percebermos que esta data muito provavelmente foi inscrita na fachada apenas no final do século XIX vemos a igreja testemunhar sobre o desejo dos Homens desse segundo tempo de produzir uma versão do passado que ligue a edificação do século XVIII ao século XVII.

Construída junto às margens originais do Rio Capibaribe a Igreja São José do Ribamar hoje está distante das águas cerca de 200m. Esta edificação é, por-

tanto, uma marca do processo de crescimento do território urbano do Recife sobre o rio. É um testemunho dos limites da área ocupada pela cidade do Recife no século XVII e o ponto de percepção do aterramento realizado sobre o Rio Capibaribe ao longo dos séculos XIX e XX.

Ao nomear a paróquia de São José, hoje Bairro de São José, a igreja é colocada na condição de elemento identitário no cenário urbano do século XIX. Ponto de reunião de diferentes irmandades religiosas e mesmo de atividades laicas esta igreja foi um ponto de referência de uma região de grande importância da cidade. Ela é, portanto, um dos objetos de auto-reconhecimento da cidade.

Efetivamente edificada na segunda metade do século XVIII por uma corporação de ofício dos mestres artesão a Igreja de São José do Ribamar nos dá testemunho da força e da organicidade da vida associativa neste período histórico. Foram as diversas gerações de associados, foram as diferentes irmandades religiosas que utilizavam a igreja ao longo dos anos que efetivamente a construíram, a reformaram e utilizaram. Este monumento, portanto, remete a força e importância das irmandades religiosas na vida urbana dos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, o desuso e descuido com a igreja de São José do Ribamar por parte dessa comunidade religiosa a partir de meados do século XX é resultado do esvaziamento social das irmandades em geral e da Irmandade de São José do Ribamar em particular. Dessa forma podemos apontar que o próprio estado de abandono e de degradação desse monumento como um testemunho dessa mudança nas práticas religiosas.

Estes conjuntos de elementos simbólicos, e não apenas a sua anciandade, fazem da Igreja de São José do Ribamar um documento-monumento da Cidade do Recife. Através dela a Cidade nomeia toda região do seu entorno; a cidade percebe seus antigos limites junto ao Rio Capibaribe; a cidade observa o resultado do trabalho de gerações de associados as irmandades. Enfim a Igreja de São José do Ribamar possibilita que os habitantes da cidade percebam no tempo presente diferentes passados.-

Referências

- ASSIS, Virginia Almoêdo. Pretos e Brancos - a serviço de uma ideologia de dominação (caso das irmandades do Recife). Recife: PPGH UFPE, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação sobre patrimônio cultural. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. 366 p.
- CORREIA de SÁ. O diário do Governador Correia de Sá 1749 a 1756. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco. Vol. 56. 1983. p. 18-334. p. 246. Disponível em http://www.iahgp.com.br/RIAHGP/RIAHGP_56_1983.pdf
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. 1837-1938.
- FUNDAJ. Pesquisa Escolar. <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>
- GOOGLE. Mapa do Recife. <https://www.google.com.br/maps/place/Recife>. Último acesso em 05/01/2016.
- GUERRA, Flavio. Velhas igrejas e subúrbios históricos. 2.ed. rev. e aum. - Recife: Fundação Guararapes, 1970.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiência do

tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Sales. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Cidades. <http://www.cidades.ibge.gov.br>

IPHAN. Igreja São José do Ribamar. Recife: Iphan, 1º Distrito, PE, 1975. (inventário)

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: _____. História e memória. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996. p. 535-549.

PONCE de LEÓN, Fernando. A Igreja da irmandade do patriarca São José. In: IPHAN. Igreja São José do Ribamar: Recife, PE. Recife: Iphan, 2004. (Inventário Nacional dos Bens Móveis e Integrados de Pernambuco)

MAC CORD, Marcelo. Andaimos, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880, Campinas: Unicamp, 2009, (tese de doutorado em História).

OLIVIERA, Myriam Andrade Ribeiro de, RIBEIRO, Emanuela S. Barroco e Rocoó nas igrejas de Recife e Olinda. Brasília, DF: IPAHN, 2015.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Anais Pernambucanos. Vol V. Recife: FUNDARPE, 1983.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo, 1997.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SILVA, Henrique Nelson da. Trabalhadores de São José: artesão do Recife do século XVIII. Recife: PPGH UFPE, 2010. (dissertação de mestrado)

SILVA, Leonardo Dantas. Pernambuco preservado: história dos bens tombados no Estado de Pernambuco. Recife: L. Dantas Silva, 2002.

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf> 2016.

Artigo recebido em junho de 2016. Aprovado em setembro de 2016